

A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO: ATORES E PARCERIAS NA EDUCAÇÃO RURAL

Terezinha Sandri¹

Maria Antônia de Souza²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar um mapeamento das organizações sociais e programas governamentais presentes no meio rural paranaense. São atores sociais e programas que objetivam desenvolver processos educativos e assistência técnica orientada para o pequenos proprietários. Parte-se da discussão sobre o processo de construção democrática, em especial a década de 1990, quando as práticas sociais com características democráticas são intencionadas, ampliadas e experimentadas pelas organizações sociais. Os movimentos sociais e ONGs impulsionam atividades vinculadas ao meio rural. Discute-se a ampliação do espaço público e a parceria como a possibilidade de encontros entre atores sociais diferentes, porém com objetivos em comum. Constata-se, através de análise documental e entrevistas, que o desafio central percorrido pelas organizações e programas governamentais é o desenvolvimento rural, através de processos educativos formais ou não-formais. As temáticas que percorrem este trabalho são: Sociedade Civil e Estado, processo de democratização, espaço público, parcerias e educação no meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: educação, parceria, atores sociais.

1.Introdução

Este texto é oriundo das inquietações presentes em duas pesquisas que focalizam a Educação Rural. Traz um mapeamento dos atores sociais e governamentais presentes no meio rural, no estado do Paraná, na esfera da assistência técnica, da educação formal e de pro-

¹ Aluna do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas na UEPG

² Professora Orientadora

cessos educativos amplos. Entende-se a educação como uma prática social que pode ocorrer na dimensão formal (escolaridade oficial) ou na dimensão não-formal, englobando atividades educativas em grupos, no contexto de objetivos definidos pelo mesmo. Como procedimentos metodológicos, foram utilizadas análises de documentos produzidos pelos atores sociais e entrevistas com os envolvidos nas organizações focalizadas. No campo teórico metodológico foram priorizadas as técnicas localizadas na abordagem qualitativa de pesquisa e os autores que discutem democratização e espaço público, a exemplo de Caccia Bava, Dagnino e Draibe. Portanto, focaliza-se a sociedade civil e a idéia de parceria como elementos impulsionadores do espaço público e neles a preocupação com a educação e desenvolvimento rural.

Inicialmente será realizada uma reflexão sobre a construção do processo democrático no país e do espaço público, localizando a presença de ONGs e movimentos sociais. Em seguida será apresentado o mapeamento dos atores sociais presentes no meio rural, destacando algumas de suas especificidades. Por fim, uma reflexão sobre o processo educativo desencadeado pelos atores sociais e governamentais.

2. Construção do processo democrático e do espaço público

A década de 1990, no Brasil foi marcada pelo desenvolvimento do ideal e práticas democráticas. Uma democracia que vem se consolidando sob forte influência da sociedade civil e que mostra a contradição vivida por esta sociedade, pelo Estado e na inter-relação entre estas duas esferas. Uma sociedade heterogênea, onde surgem distintos grupos de interesses (homogêneos e antagônicos), que buscam se fazer representar no interior do próprio Estado.

A aglutinação dos diferentes setores da sociedade civil se deu num cenário de extrema centralização e autoritarismo do Estado, como reação ao progressivo fechamento das possibilidades de participação, como foi o caso da limitação dos partidos políticos. Igrejas, organizadas em pastorais e sindicatos buscaram renovação para dar respostas às demandas por participação política da sociedade. Não só estes setores preocupados com as lutas populares, como também outros setores

uniram-se a eles na defesa dos direitos humanos, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Nesse sentido, a luta contra o autoritarismo e pela conquista da democracia no Brasil teve a participação de diversos setores da sociedade civil.

Há mais de três décadas da instalação do regime autoritário, o setor da sociedade civil que luta pela construção da cidadania mostra seu potencial de participação e de conquista, desenvolvido durante o longo caminho que se iniciou com o declínio da ditadura militar, vivendo uma contradição representada por avanços e retrocessos.

A democratização também se faz presente no interior do próprio Estado, apesar do seu enfraquecimento a partir da implantação das políticas neoliberais que vêm exigir ajustes estruturais, procurando transferir para a sociedade civil algumas funções tidas antes como estatais, como por exemplo, a de fiscalização quanto ao uso do recurso público. Esta tendência neoliberal traz também uma possibilidade, e talvez isso tenha se tornado, mais um reforço na conquista do ideal democratizante almejado pela sociedade, já que o Estado dá sinais de abertura, num momento em que a sociedade questiona sua capacidade de dar conta dos problemas crescentes da exclusão e da desigualdade social.

Neste cenário, a conquista da democracia é também a construção do espaço público. O fortalecimento dos movimentos sociais, como sujeitos coletivos que avançam em conquistas emancipatórias tem um papel fundamental na mudança para uma sociedade mais humanitária. É o caso do movimento dos trabalhadores, urbanos e rurais, que lutam pela igualdade de oportunidades de trabalho e condições de sobrevivência. Segundo Kauchakje (2003), o espaço público se dá na interface da esfera da sociedade com a esfera política, resultando na esfera pública, isto é, formando-se o consenso.³ Podendo esse consenso ser hegemônico, quando ocorre a manutenção dos interesses do próprio Estado representando a classe dominante ou contra-hegemônico, quando a sociedade provoca transformações na esfera dos direitos. Esta possibilidade existe a partir do momento em que o Estado perde a homogeneidade autoritária que existia no seu interior e adota, conforme expressa Dagnino (2002, p. 13): “uma postura de negociação que apos-

³ Conteúdo desenvolvido pela profa. Dra. Samira Kauchakje, junto à disciplina “Intermediação de Interesses – Cultura e Governabilidade – Dilemas do Ideal Democrático Contemporâneo”, do Mestrado de Ciências Sociais Aplicadas na UEPG, em 15 de abril de 2003.

ta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da ‘participação da sociedade civil’”.

Na contradição do processo democrático é possível estabelecer diálogo que permita o resgate da cidadania. Uma das condições básicas de cidadania é o direito à Educação e o dever do Estado para garantir a Educação a todos. Isto se apresenta como uma possibilidade de construção de políticas educacionais. No contexto neoliberal, em que o Estado conclama a participação da sociedade civil, isto resulta na abertura de um espaço para os atores que têm o desejo dessa construção.

Tratando-se de meio rural, as ONGs e movimentos se voltaram para os assuntos que afetam os excluídos da modernização, pequeno agricultor e o trabalhador rural. Estes movimentos interferem para o ressurgimento deste setor considerado antes quase esquecido, em processo de extinção. É o caso do surgimento da FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da região Sul, ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, entre outros.

No âmbito governamental, podemos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, uma conquista dos próprios trabalhadores.

Estes Programas e Instituições se originam e se desenvolvem, a partir do discurso e da prática das parcerias. As parcerias se formam, a nosso ver, a partir de necessidades individuais, que muitas vezes são de âmbito econômico e financeiro. Outras vezes busca-se parceiros que ajudem a reforçar projetos políticos e ideológicos. Enfim é a busca do complemento para alcançar o objetivo que sem o parceiro não se consegue atingir. Para Caccia Bava (1999, p.15), “O termo parceria indica a disposição de uma ação conjunta entre os diferentes, mas não qualifica que ação é esta, que relações se estabelecem e com que objetivos”.

Na maioria das vezes, ao alcançar o objetivo que motivou cada um a estabelecer a parceria, o relacionamento se desfaz. Isto acontece freqüentemente na execução de programas. É comum o estabelecimento de parcerias entre movimentos e organizações, tanto da sociedade civil como do estado, somente para a captação do recurso financeiro ou para o desenvolvimento de Marketing de seus produtos, tendo em vista que os objetivos de ambos não são comuns. A isso podemos chamar de

“pseudo parceria”. Esta dificuldade advém das relações de competição e autoritarismo vividos na sociedade gerida pelo capital.

Apesar dos limites apresentados na prática da parceria, estão inerentes nela também possibilidades de uma construção comum quando são criados projetos para a defesa do interesse público. Segundo Caccia Bava (1999, p. 15), “O exercício da parceria é um aprendizado democrático onde a riqueza das contribuições de cada instituição está justamente no aporte diferenciado que cada parceiro pode trazer para o projeto conjunto”. Para ele, os diferentes se complementam e se potencializam mutuamente desde que haja “[...] respeito à multiculturalidade, à autonomia e independência de cada um dos seus integrantes”. Por esta ótica, poderá se construir projetos de interesse comum, respeitando a individualidade dos parceiros. A estratégia de construção destes projetos de interesse público passa pela negociação e pelo respeito ao direito da participação.

3. Atores Sociais e Programas presentes no meio rural

A emergência de Movimentos e Instituições da sociedade civil e a criação de programas no âmbito do Estado, com maior expressão nas duas últimas décadas, dão sinais de uma nova era para o setor rural no que se refere a possibilidades de inclusão. São atores que atuam em áreas limitadas, mas que vão se articulando, formando parcerias, ampliando cada vez mais o espaço de participação através de ações de qualificação técnica, formação política e educação para a cidadania. De acordo com sua origem e processos de estruturação, podemos classificá-las em dois grupos: no primeiro grupo estão as Instituições da Sociedade Civil e no segundo, os Programas e Instituições Governamentais.

3.1. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul/FETRAF-SUL

É a representação do movimento sindical da região Sul do país, coordenado pela CUT – Central Única dos Trabalhadores. Busca a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade e solidariedade. Seu objetivo principal é a consolidação de um projeto de “Desenvolvimento Sustentável e Solidário”, e a sua intervenção se faz no campo técnico, econômico e organizativo. Este

movimento sindical congrega forças articuladas em parceria com organizações que tenham afinidade político-ideológica em defesa da agricultura familiar. Em conjunto com estas parcerias, a principal estratégia da FETRAF-SUL é a realização de experiências na área da formação profissional para agricultores familiares na região Sul. Como resultado destas parcerias foi criada a “Frente Sul da Agricultura Familiar”. De acordo com REICH (2002) “A Frente Sul da Agricultura Familiar, é formada pelo movimento sindical da CUT, FETRAF-SUL e outras organizações populares que atuam no meio rural, como ONGs, Cooperativas, etc.”

A FETRAF-SUL justifica sua defesa da agricultura familiar por ela ser “propulsora do desenvolvimento local”. Sua principal estratégia de atuação é o estabelecimento de parcerias para a realização de experiências que possam contrapor a alternativa neoliberal no Brasil, criar resistências contra os setores dominantes da agricultura e potencializar o fortalecimento da agricultura familiar, no campo da agroecologia, do associativismo, da industrialização, da comercialização, do crédito e da educação/formação.

No campo da educação/formação a FETRAF-SUL desenvolve o projeto “Terra Solidária”, estruturado em torno de conteúdos que dêem conta de todas as necessidades da agricultura familiar. Em seus objetivos específicos, traz a formação profissional, visando transformá-la em política pública, a capacitação no campo político, técnico e econômico, a troca de conhecimentos entre os agricultores, a intervenção nas cadeias produtivas tendo como base a agroecologia e a sustentabilidade e a transformação das relações sociais.

Esta proposta é apresentada como resultado de experiências construídas junto às parcerias e que precisam ser legitimadas por elas mesmas, e também junto à sociedade. A mudança social proposta é no sentido de transformar a sociedade capitalista, em busca de construir uma sociedade socialista.

O Projeto é apresentado como uma proposta da construção do “novo”, isto é, a formação de sujeitos capazes de construir uma nova sociedade, solidária, sem exclusão, como também uma nova agricultura, agroecológica, com bases tecnológicas que tenham como prerrogativa a preservação da vida. Esta formação profissional é identificada como uma forma de “educação para a cidadania”, porque propõe conteúdos e estratégias que vão além do conhecimento técnico, voltado para o cam-

po econômico: a interação com o meio, a cooperação e os valores éticos, culturas e políticos necessários à transformação social.

A elaboração do currículo, materiais didáticos e pedagógicos, os procedimentos metodológicos, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem é feito por um grupo de trabalho selecionado entre as entidades envolvidas no projeto. São participantes deste grupo: agricultores familiares, ex-alunos do Projeto Terra Solidária e outros programas de formação, agricultores envolvidos em grupos de cooperação e outras experiências alternativas e lideranças comunitárias.

3.2- Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da região Centro-Oeste do Paraná – RURECO

Teve sua origem no início da década de 1980, entre grupos de pequenos agricultores de alguns municípios da região centro-oeste do Paraná⁴, como movimento de contestação ao padrão de modernização da agricultura desenvolvido na década de 1970. Segundo Brandenburg (1999, p.176), “A RURECO surgiu com a função principal de prestar assessoria às associações e sindicatos filiados, visando fortalecer o desenvolvimento de uma “agricultura familiar-alternativa”, ou agroecológica.” Seus programas são financiados por órgãos não-governamentais do norte da Europa. Faz parte da rede de Organizações não Governamentais de Tecnologias Alternativas do Sul do país. Nasceu da necessidade de articular e coordenar as iniciativas dos agricultores e para atender suas demandas em capacitação, organização, comercialização e industrialização dos produtos. É objetivo da fundação RURECO, a construção de uma proposta de incentivo ao desenvolvimento da região, buscando soluções a partir dos problemas sócio-econômicos existentes. As ações da RURECO estão estruturadas em torno de duas linhas de ação: os projetos técnicos e as assessorias.

Segundo Brandenburg (1999, p.165), “as ONGs mantenedoras da RURECO têm como norma desenvolver políticas de ação orientadas para populações excluídas do processo de desenvolvimento ou para as denominadas “populações marginalizadas”. As ações da RURECO buscam potencializar a agricultura familiar devido a sua importância na geração de empregos e no abastecimento alimentar e por ser ela capaz de

⁴ Município de Turvo, Nova Tebas e Pitanga.

desenvolver uma agricultura sustentável.

3.3 - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR

É uma associação de agricultores familiares, criada em 1966, com apoio dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus (padres Belgas), profissionais liberais e empresários de Francisco Beltrão-Pr. Tem preocupação com a 'Formação Integral do Ser Humano' e tem como princípio a autonomia dos agricultores. Desenvolve projetos educacionais para o setor rural.

No decorrer de sua história ampliou seus objetivos e consta em seus documentos que a ASSESOAR “[...] tornou-se e é, hoje, uma referência para o Desenvolvimento Sustentável, por : [...] colaborar, efetivamente, na construção de propostas de viabilização da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Sustentável e manter uma relação permanente, de mútua colaboração, entre os saberes acadêmico e popular”. (ASSESOAR, 2002 a 2005).

Sua atuação se concentra no município de Francisco Beltrão e outros municípios do Sudoeste do Paraná, contando com 310 sócios ativos, 18 sócios honorários e 13 profissionais de diferentes áreas.

A ação da ASSESOAR está organizada em “[...] três eixos denominados de ‘Práticas Sociais Locais/Municipais’; ‘Práticas de Articulação e Ampliação’ e ‘Práticas Sociais de Reflexão/Estudo Sistemático/Formal’”. (ASSESOAR, 2002 a 2005). Na interação destes três eixos a entidade busca a geração de referências em Desenvolvimento Sustentável, visando ampliação na perspectiva das Políticas Públicas.

Seus principais projetos são o Projeto Vida na Roça, Educação Pública no Campo e Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – CLAFs. O projeto Vida na Roça tem como objetivo “[...] construir referências para o desenvolvimento do campo, especificamente para a agricultura familiar, mas já incluindo outras formas de trabalho e renda que começam a delinear-se neste espaço” (ASSESOAR, 2002, p. 11). A Educação Pública no Campo desenvolve ações na Pré-escola e Educação Fundamental, como também programas de formação de Educadores e cursos de Habilitação pós-médio em Desenvolvimento Sustentável.

Na seqüência será apresentado o conjunto de programas governamentais presentes no meio rural, lembrando que a maioria deles tem como prioridade o agricultor que possui maiores dificuldades de acesso a tecnologias, recursos financeiros e outras facilidades da vida pessoal e profissional. Apenas o PRONAF atende exclusivamente o agricultor familiar. Os demais têm uma abrangência maior, mesmo estabelecendo prioridade ao pequeno agricultor. Existe entre eles objetivos diversos. Como ponto comum podemos citar a qualificação profissional.

3.4 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

É um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda. Foi criado em 1995 e oficializado por Decreto Presidencial em 1996, atendendo às reivindicações da própria agricultura familiar e movimentos sociais organizados. Atualmente está sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e utiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O PRONAF se justifica na ótica do benefício social da agricultura familiar, devido a sua capacidade de absorver mão de obra e gerar renda. Nesta perspectiva, a agricultura familiar é uma alternativa economicamente produtiva e politicamente correta para atacar grande parte dos problemas sociais ocasionados pelo êxodo rural. É um programa que visa o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida. Seus beneficiários diretos são os agricultores familiares e suas organizações⁵. Inicialmente, o PRONAF se constituiu como um programa de crédito agrícola. Em sua evolução foram criadas novas demandas, passando a ser estruturado em 5 linhas: a) negociação de políticas públicas; b) financiamento de infraestrutura e serviços nos municípios; c) financiamento da produção da

⁵ Para o programa, agricultores familiares são os que exploram a terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros, e atendam simultaneamente aos seguintes quesitos: utilizam trabalho direto de sua família ou possuem até 2 empregados permanentes; não detenham a posse de área superior a 4 módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; tenham, no mínimo, 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa; residam na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo. (BRASIL, 1996, p. 8).

agricultura familiar; d) capacitação e profissionalização de agricultores familiares; e) agroindustrialização da produção. No atual governo (Luiz Inácio), as linhas do PRONAF sofreram alterações, possibilitando evolução qualitativa do programa. Há ampliação do número de linhas de crédito financeiro para atendimento às necessidades específicas dos jovens rurais e mulheres, financiamento de novas alternativas econômicas, como o turismo da agricultura familiar, agroecologia, entre outras. Outra importante alteração ocorreu no âmbito da infra-estrutura rural, abrindo possibilidade de financiamento e capacitação em ações municipais integradas, através de projetos de desenvolvimento de territórios regionais.

3.5 - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR

Criado em 1991, é uma Instituição de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação Nacional da Agricultura-CNA. É dirigido por um Conselho Deliberativo composto por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora. A administração central tem sede em Brasília e conta com 27 administrações regionais executoras das ações de Formação Profissional Rural e Promoção Social, vinculadas às suas respectivas Federações da Agricultura. Suas ações estão baseadas nos princípios e diretrizes da Organização Internacional do Trabalho – OIT. “O objetivo do SENAR é organizar, administrar e executar, em todo território nacional, a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) de jovens e adultos, homens e mulheres que exerçam atividades no meio rural” (SENAR, 2000). Para nortear suas ações, foram estabelecidos 7 objetivos básicos:

Organizar, administrar e executar em todo território nacional a Formação Profissional Rural e a Promoção Social do Trabalhador Rural; Assistir as entidades empregadoras na programação e elaboração de programas de treinamento no próprio emprego; Estabelecer e difundir metodologias de Formação Profissional Rural; Coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos programas e projetos de Formação Profissional Rural e Promoção Social; Assessorar o governo federal em assuntos de Formação Profissional Rural e Promoção Social; Assistir o pequeno produtor rural, ensinando novos métodos para a execução de seu trabalho; Estimular a permanência do homem no campo, despertando o seu interesse e incentivando-o a produzir mais, trabalhando melhor. (SENAR, 2000).

O público beneficiário direto da Entidade é o produtor rural que trabalha em regime de economia familiar, o trabalhador rural e seus familiares.

3.6- Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador –PLANFOR.

Criado em 1995, como um dos mecanismos da Política Pública de trabalho e renda. Surgiu com a proposta de qualificar, a cada ano, 20% da População Economicamente Ativa – PEA, com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Este plano está sob a coordenação da SEFOR- Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho. Enquanto política pública, tem enfoque na qualificação profissional, visando reduzir o desemprego, combater a pobreza e a desigualdade social e elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

Segundo Draibe (1999), os objetivos gerais do plano são:

Qualificar ou requalificar a Força de Trabalho, com foco na empregabilidade e nas potencialidades dos mercados regionais e locais de trabalho; elevar o nível de escolaridade da PEA, através da erradicação do analfabetismo e da elevação da sua escolaridade até pelo menos o nível básico; estimular e apoiar a oferta de emprego e de oportunidade de geração de renda, através de alternativas de trabalho autogerido, associativo ou em micros e pequenos empreendimentos. (DRAIBE, p. 117).

O PLANFOR, como política pública, busca promover a qualificação profissional como direito do trabalhador e componente básico do desenvolvimento com equidade social. Por se tratar de uma política para o trabalhador, não excluindo nenhum setor, o PLANFOR tem beneficiado também o meio rural, porém com menor intensidade que o setor urbano. Seu foco prioritário é o atendimento a grupos vulneráveis, que têm dificuldade de acesso a outras alternativas de qualificação profissional.

3.7- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-PR.

O serviço de Extensão Rural, no Paraná, iniciou a partir de um convênio entre o Brasil e Estados Unidos, em 1956. Após a finalização

deste projeto, entidades paranaenses ligadas à agricultura assumiram a responsabilidade por este serviço, criando, em 1959, a ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, que ficou vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura. Em 1977 foi extinta a ACARPA e criada a EMATER-PR com a finalidade de absorver suas atividades. Assim o serviço de Extensão Rural oficial, veio acompanhando a agricultura paranaense, passando transformações de acordo com cada período histórico.

A EMATER-PR, uma empresa pública de direito privado, é “um instrumento do Estado na implementação das políticas públicas a serviço da população rural e do agronegócio, integrado e articulado com outras organizações públicas e privadas”. (EMATER-PR, 2001, p. 4). Atua em todo o Estado do Paraná, contando com uma estrutura organizada em uma Unidade Central em Curitiba, 20 regiões administrativas e 387 escritórios municipais.

A missão da EMATER-PR é: “Contribuir para a modernização da agricultura, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e qualidade de vida da população rural” (EMATER-PR, 1999).

É de sua responsabilidade a execução dos programas da Secretaria de Estado da Agricultura, como Paraná 12 Meses, Fábrica do Agricultor, Sanidade Agropecuária e outros. Atua também no desenvolvimento de programas federais como, por exemplo, o PRONAF.

4. Processos de Educação: conteúdos, metodologias.

Tanto as organizações da Sociedade Civil como os programas e Instituições governamentais descritos neste texto, trazem na sua temática processos educacionais e a preocupação com o desenvolvimento rural. Os atores da sociedade civil elaboram seus processos com a participação dos agricultores envolvidos e contribuição das parcerias. Alguns apresentam procedimentos metodológicos bem definidos, como o Projeto Terra Solidária, desenvolvido pela FETRAF-SUL e ASSESOAR.

O projeto Terra Solidária é desenvolvido através de atividades práticas e teóricas, que devem ser permanentes: “[...] em um processo de construção do conhecimento, baseado no princípio da ‘ação-refle-

xão-ação” (REICH, 2002, p.17). Tem o propósito de estimular os educandos a buscar a compreensão da sua realidade local, com o intuito de prepará-los para intervir nas políticas públicas, nos espaços de poder local e nas cadeias produtivas, buscando uma agricultura sustentável no sentido mais amplo e uma sociedade mais cooperativa.

Para o projeto: “[...] todas as atividades letivas devem partir do diagnóstico e pesquisa da realidade, da mesma forma que estes dados serão parte fundamental do conteúdo a ser analisado e refletido em sala de aula ou em atividades de campo”. Esta metodologia está em consonância com o objetivo de interação e transformação da realidade pelos sujeitos de forma coletiva.

O projeto “Terra Solidária” utiliza como instrumento de apoio, um caderno com textos contendo os princípios fundamentais e referências teóricas para embasar os temas do currículo. Utiliza também uma “ficha de orientação metodológica” para uso dos educadores no registro de suas experiências metodológicas que poderão ser depois socializadas entre as diversas organizações envolvidas.

A elaboração do currículo, materiais didáticos e pedagógicos, os procedimentos metodológicos, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem é feito por um grupo de trabalho selecionado entre as entidades envolvidas no projeto. São participantes deste grupo: agricultores familiares, ex-alunos do Projeto Terra Solidária e outros programas de formação, agricultores envolvidos em grupos de cooperação e outras experiências alternativas e lideranças comunitárias. A carga horária para execução do projeto é de 240 horas aula, distribuídas entre atividades práticas e teóricas e seus conteúdos são divididos em módulos.

A ASSESOAR destaca-se pela ação em projetos interinstitucionais e interdisciplinares. Envolve grande número de instituições de ensino, pesquisa, educação popular e outras que tenham atuação direta com a família rural. Seus processos metodológicos incluem práticas educativas informais, buscando construir referências para o Desenvolvimento Sustentável e articular parcerias visando ampliação das políticas públicas. Desenvolve também processos formais de ensino a partir das parcerias com instituições responsáveis por cursos de nível médio, pós-médio, graduação e especialização. São experiências, como é o caso do curso Pós-Médio, onde são adaptados currículos, períodos escolares e conteúdos, a fim de ampliar as oportunidades de educação

para os agricultores. Outros procedimentos adotados pela ASSESOAR são os Fóruns regionais, feiras ecológicas e as semanas pedagógicas para formação de educadores.

A RURECO adota procedimentos metodológicos não-formais. Elabora estratégias diferenciadas para cada projeto técnico relacionado à agropecuária e meio ambiente. Atua com seus técnicos e monitores, através de assessoria administrativa e comercial, cursos e assistência técnica.

No período de fundação da entidade os trabalhos da RURECO, de acordo com BRANDENBURG: “[...] começaram reforçando movimentos reivindicatórios orientados à emancipação econômica e social dos setores excluídos ou marginalizados”. (CEBEMO; ICCO, apud BRANDENBURG, 1999, p. 165). Para ele, com os avanços da democratização na América Latina e, devido aos efeitos negativos dos programas neoliberais de ajuste social ela passa a dar mais atenção aos desafios produtivos e criação de emprego. Os beneficiários desses projetos são aqueles que demonstram potencial para sair da situação de exclusão: aqueles que têm terra, vontade de trabalhar e de aprender.

No setor governamental encontramos diferentes metodologias que se distinguem de acordo com os objetivos das Instituições e dos programas. O SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural tem como principal estratégia a oferta de cursos para a qualificação do trabalhador. Suas ações são organizadas de forma sistematizada, seguindo um processo de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle.

O SENAR elabora o conteúdo programático específico para a área rural e prepara seus instrutores para a execução de cursos, treinamentos e seminários, dando ênfase às atividades práticas para que os alunos possam mais rapidamente assimilar os conteúdos repassados. Oferece também ações de promoção social e um Programa de Alfabetização de jovens e adultos.

O PRONAF, em sua linha de Capacitação e Profissionalização, libera recursos financeiros às entidades públicas e privadas que proporcionam conhecimentos e habilidades, de natureza gerencial, tecnológica e organizacional aos agricultores familiares. O programa estabelece os objetivos e alguns princípios, como por exemplo, o estreito relacionamento que deverá ter esta linha com as outras linhas. Conforme consta em seus manuais: “A educação, enquanto prática social e política ne-

cessária à democratização do conhecimento e à afirmação da cidadania no campo, deverá permear todas as ações decorrentes da execução do PRONAF [...]” (BRASIL, 1996, p. 16). As principais estratégias para o alcance dos resultados são a participação, a difusão de experiências e tecnologias coerentes com as necessidades e a capacitação em gestão social. As técnicas utilizadas no processo de capacitação são definidas pelas instituições executoras das ações.

A EMATER-PR, como empresa oficial de extensão rural, tem a capacitação como parte integrante de todos os demais projetos. Seus projetos são denominados “Processos”, que são classificados em Processos Finalísticos e Estratégicos.

Os Processos Estratégicos da EMATER têm como objetivo o desenvolvimento de capital humano e social e prestam suporte técnico e econômico para viabilizar os Processos Finalísticos. Têm como prioridade o atendimento a segmentos da população que necessitam de linhas de apoio específicas para o seu desenvolvimento. Para estes, utiliza como estratégia a organização comunitária.

As parcerias são estabelecidas de diferentes formas, dependendo da natureza de cada projeto ou ação a ser desenvolvida. No processo de capacitação os principais parceiros são as organizações de agricultores, Prefeituras Municipais, Secretarias e outros órgãos estaduais, empresas privadas e algumas Organizações Não Governamentais.

As atividades da EMATER-PR estão focadas em dois eixos, conforme consta no relatório EMATER/2001: “Produção e Industrialização, nas quais são abordadas a tecnologia, o meio ambiente, a economia e a gestão dos empreendimentos. Formação, que trata da organização grupal, comunitária e societária, através do assessoramento na conquista progressiva de maior participação nas definições de prioridades e no estabelecimento de rumos e planos.” No primeiro eixo concentram-se os projetos técnicos, principalmente os de natureza econômica. No segundo eixo destaca-se “[...] o processo de formação de Conselheiros de Desenvolvimento. O propósito é a formação contínua e continuada de agricultores, incluindo jovens e mulheres, com vistas a ampliar e enriquecer em qualidade e responsabilidade a participação dos atuais e dos futuros líderes nos Conselhos Municipais e nas organizações afins.” (EMATER, 2002, p. 9).

Neste mesmo eixo é executado o Programa de Qualificação

de produtores e trabalhadores do Paraná. Este programa ministra cursos, com carga horária mínima de 24 horas e segue proposta pedagógica orientada pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, a partir de um contrato, com aplicação de recursos financeiros do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

No processo de capacitação são ministrados Cursos com ações teóricas e práticas, Dias de Campo, Excursões técnicas, Seminários, Encontros, Exposições. São utilizados também programas de rádio e televisão. Para grupos organizados, como Cooperativas e Associações, presta assessoria técnica. Nos projetos tecnológicos, denominados "processos", utiliza-se de grupos de vizinhança, onde o impacto positivo dos resultados obtidos pelos grupos torna-se processo de referência para os demais produtores.

Os atores da década de 1990 que interferem na temática da exclusão no meio rural atuam com muita propriedade na educação rural, em processos formais e informais inovadores nas questões tecnológicas, ambientais, sociais, políticas e organizativas conquistados através do estabelecimento de parcerias.

O estudo das ações e programas aqui relatados nos permite ressaltar a importância da educação rural como fator de resgate à cidadania e inclusão social, a partir da década de 1990. A situação de crise vivida pelo meio rural no período após a Modernização da Agricultura, e as lutas desenvolvidas pelos diferentes atores para superá-la, nos coloca à frente de algumas possibilidades que passam pelo resgate dos direitos cidadãos e da cultura rural. Um exemplo disto são Casas Familiares Rurais que não foram especificadas neste texto, porém faz parte de outro estudo sobre Pedagogia da Alternância, uma concepção de educação que visa contribuir com o desenvolvimento regional.

Por fim, cabe dizer que no momento conjuntural atual, a Educação do Campo está inserida na agenda política e na agenda dos movimentos sociais, que conquistaram o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e organizaram as Articulações Nacional e Estadual de Educação do Campo. São reflexões recentes e que questionam o paradigma da Educação Rural, como sinônimo de atrasado e propõe o paradigma da Educação do Campo que têm como objetivo central pensar as especificidades do sujeito trabalhador, sua identidade sócio-cultural. Portanto, pensar a construção democrática e o espaço público, assim como ações no campo das lutas contra processos de

exclusão, foram objetivos deste texto, no espaço limitado a ele destinado.

ABSTRACT: The aim of this project is to present a mapping out of the social organizations and governmental programs that there are in the rural milieu from Paraná. They are social actors and programs that aim at developing educational processes and technical back-up orientated for the small owners. It starts from the discussion about the process of the democratic construction, specially the 1990's decade, when the social practices with democratic characteristics are deliberate, enlarged and experienced by the social organizations. The social movements and NGOs – Non Governmental Organizations, drive on activities linked to the rural milieu. It discusses the public space enlargement and the partnership as well as the possibility of meeting among different social actors, however with the aims in common. It notices, through the interviews and documentary analysis, that the central challenge went through the organizations and governmental programs is the rural development, by the formal or non-formal educational processes. The themes which go through this job are: Civil Society and State, democratization process, public space, partnerships and education in the rural milieu.

KEY WORDS: education, partnership, social actors.

5- Referências

ASSESOAR. **É tempo de reconstruir horizontes: ASESOAR 2002 a 2005** Francisco Beltrão. 2002.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e Desenvolvimento Sustentável.** Curitiba: UFPR, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, 1996. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf> Acesso em: 09.abr.2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Manual Operacional do PRONAF.** Brasília. 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.** Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério da agricultura e do abastecimento. **PRONAF.** Capacitação e Profissionalização. Disponível em: <www.pr.gov.br/pronaf/capacitacao.num> Acesso em: 14 fev. 2003.

BRASIL. SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Formação Profissional Rural.** Disponível em: <www.senar.org.br/senar/organ>. Acesso em: 10 fev. 2003.

CACCIA BAVA. S. **O Terceiro Setor e desafios do Estado de São Paulo para o**

Sandri, Terezinha & Souza, Maria Antônia de. *A construção do processo democrático: atores e ...*

Século XXI. São Paulo. 1999.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DRAIBE, S. M. As Políticas Sociais nos Anos de 1990. In: BAUMANN, R. **Brasil – Uma década em transição.** CEPAL. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 101-118.

EMATER-PR. **Balanco Social:** Relatório de Atividades. Curitiba, 2001. 36p.

EMATER-PR. Histórico, Missão e Objetivos e Áreas de Atuação. Disponível em: <www.emater.pr.gov.br/mst.num> <www.emater.pr.gov.br/missao.num> Acesso em: 17 fev. 2003.

EMATER-PR. **Relatório Gestão 1999-2002.** Curitiba, 2002. 64p.

KAUCHAKJE, S. **Movimentos Sociais na Academia:** Um olhar sobre as Teses e Dissertações produzidas na Unicamp e USP, entre 1970 – 1995. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp, 1997.

REICH, L. (org.). **Agricultura familiar:** formação profissional,[S.l.],2002, p. 8-20.